

EDUCAÇÃO POPULAR PARA CONSTRUÇÃO DE UM CONHECIMENTO COLETIVO: A EXPERIÊNCIA DO PROJETO BEBEL NA PRAÇA DA BANDEIRA NO RIO DE JANEIRO

POPULAR EDUCATION TO BUILD A COLLECTIVE KNOWLEDGE: THE EXPERIENCE OF THE BEBEL PROJECT IN PRAÇA DA BANDEIRA IN RIO DE JANEIRO

Danielle Ferreira Medeiro da Silva de Araújo (UFSB)¹

Resumo

O presente artigo aborda a temática da construção de um conhecimento coletivo em âmbito comunitário. Evidencia a estrutura social desigual como base de construção para diferentes modos de vida e apresenta a experiência do Projeto Bebel – Inclusão Socioeconômica de Mulheres na Praça da Bandeira como um exemplo de prática educativa comunitária em favor da autonomia das participantes e de um espaço participativo fundamentado na produção coletiva de saberes. A metodologia do trabalho se baseia em uma pesquisa qualitativa com delineamento bibliográfico, a partir de fontes digitais e impressas de livros, periódicos e dados institucionais da organização não-governamental Gerando Vida, executora do referido Projeto.

Palavras-chave: Autonomia. Conhecimento coletivo. Educação popular.

Abstract

This article deals with the theme of collective knowledge construction at the community level. It shows the uneven social structure as the basis of construction for different ways of life and presents the experience of the Bebel Project - Socioeconomic Inclusion of Women in Praça da Bandeira as an example of community educational practice in favor of the participants' autonomy and of a participatory space based on the collective production of knowledge. The methodology of the work is based on a qualitative research with a bibliographic delineation, from digital and printed sources of books, periodicals and institutional data of the non-governmental organization Gerando Vida, executor of said Project.

Key words: Autonomy. Collective knowledge. Popular education.

INTRODUÇÃO

O trabalho pretende a partir dos ensinamentos do educador Paulo Freire no livro *Pedagogia da Autonomia* (1996) apresentar um diálogo reflexivo entre teoria e prática sobre os caminhos para construção coletiva de conhecimento. Para tanto, o texto apresenta inicialmente uma discussão sobre as bases estruturais desiguais da sociedade brasileira e seus efeitos no espaço social, aponta como neste fundamento modos de vida diversos são construídos e lutam por legitimidade e inclusão social.

A partir dos estudos sobre as desigualdades sociais no Brasil, a educação aparece como tema fundamental e passo necessário para a concretização da cidadania². As

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Estado e Sociedade do Centro de Formação em Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Sul da Bahia. E-mail: dannymedeiro@hotmail.com.

² A noção de cidadania para Dagnino (2006, p.154) pressupõe um processo de construção da cidadania como afirmação e reconhecimento de direitos, projeto para uma nova sociabilidade, a partir de um

lentes então se voltam para os estudos freirianos na tentativa de articular teoria e prática educativa para a produção ou construção de um conhecimento coletivo. A experiência compreende um projeto social da organização não-governamental (ONG) Gerando Vida, localizada no bairro Praça da Bandeira, região central da cidade do Rio de Janeiro, realizada nos anos de 2013 e 2014.

O Projeto Bebel – Inclusão Socioeconômica de Mulheres na Praça da Bandeira, financiado pela Comissão Européia e executado em parceria com a ONG *internacional Planet Finance*, atendeu 150 (cento e cinquenta) mulheres em situação de vulnerabilidade social através de atividades como gestão empresarial, alfabetização de adultos, cursos de idiomas, profissionalização, além de acompanhamento social, jurídico e psicológico. O foco da narrativa será a criação e o desenvolvimento de um Grupo de Trabalho (GT), um espaço participativo para capacitações e discussão sobre assuntos locais e busca de soluções coletivas.

A metodologia do trabalho baseia-se na teoria fundamentada³ que consiste em unir teorias a experiências e dados com o fim de ampliar a compreensão sobre conceitos e proporcionar um guia significativo para a ação. O método utilizado será uma pesquisa bibliográfica realizada a partir dos registros disponíveis em fontes impressas e digitais sobre a temática, e dos dados institucionais referentes ao Programa Projeto Bebel – Inclusão Socioeconômica de Mulheres na Praça da Bandeira (2013-2014) na cidade do Rio de Janeiro - RJ.

1. DESIGUALDADE SOCIAL E CAMINHOS PARA CIDADANIA NO BRASIL

1.1. Mundos possíveis em uma estrutura social desigual

O preâmbulo da Constituição Federal de 1988 saúda uma sociedade pluralista, mas as práticas autoritárias do Estado configuram-se como uma constante na imposição de uma ordem pública que esconde a luta entre dominantes e dominados. O que se analisa é que a transição dos governos autoritários para a democracia na América Latina

formato mais igualitário de relações sociais em todos os níveis, inclusive novas regras para viver em sociedade o que implica o “reconhecimento do outro como sujeito portador de interesses válidos e de direitos legítimos”. Fala-se da reivindicação ao acesso, a inclusão, a participação e ao pertencimento a um sistema político já dado, ou seja, participação efetiva dos cidadãos no poder.

³ *Lo más probable es que la teoría derivada de los datos se parezca más con la “realidad” que la teoría derivada de unir una serie de conceptos basados en experiencias o solo especulando (cómo piensan uno que las cosas debieran funcionar). Debido a que las teorías fundamentadas se basan en los datos, es más posible que generen conocimientos, aumenten la comprensión y proporcionen una guía significativa para la acción* (STRAUSS, 2012, p.14).

não diminuiu as práticas autoritárias de seus governos. O retorno ao governo civil trouxe consigo esperanças que a proteção dos direitos humanos seria estendida a todos os cidadãos (PINHEIRO, 2000, p.11).

Ora, o que se analisa é que a cidadania social⁴ foi negligenciada e ainda o é por um poder que se concentra nas classes dominantes e que sujeita as populações menos privilegiadas. O Estado, as classes dominantes, as elites não asseguram para a maioria da população que é pobre as condições básicas para a realização e efetividade dos direitos humanos (PINHEIRO, 2000, p.11). As garantias legais, e a igualdade de todos perante a lei prevista na Constituição, encontram grandes desafios quando se fala na necessidade de inclusão de grande parte da população não-privilegiada. Assim, essas sociedades baseadas na exclusão – em termos de direitos civis e sociais – poderiam ser consideradas “democracia sem cidadania” (PINHEIRO, 2000, p.14).

Fala-se de um espaço social⁵ em que o acesso ao capital⁶ não opera de forma igualitária para todos os cidadãos. As sociedades latino-americanas tendem a se apresentar como democracias liberais, mas a igualdade de todos perante a lei é regularmente desafiada pela desigual distribuição do poder (PINHEIRO, 2000, p.22). Reconhecer a realidade como um campo de forças em que o poder simbólico⁷ das classes dominantes opera de forma pulverizada nas instituições, nas normas legais⁸ e nas relações sociais, seria o primeiro passo para se pensar um processo de construção social em bases igualitárias de sociabilidade, com um papel fundamental do Estado na superação da pobreza, da violência e discriminação. Somente o Estado pode produzir

⁴ A cidadania civil está ligada aos direitos individuais, o elemento político relacionado ao direito de participar do exercício do poder político, e o aspecto social diz respeito a um mínimo bem-estar econômico e segurança ao direito de participar por completo na herança social (MARSHALL, 1967, p.63).

⁵ Compreendido como espaço multidimensional de posições, descrito também como um campo de forças, ou seja, como um conjunto de relações de forças objetivas impostas a todos os que entrem nesse campo e irredutíveis às intenções dos agentes individuais ou mesmo às interações diretas entre os agentes (BORDIEU, 2009, p.134-135).

⁶ O capital – pode existir no estado objetivado, em forma de propriedades materiais, ou, no caso do capital cultural, no estado incorporado, e que pode ser juridicamente garantido (BORDIEU, 2009, p.134).

⁷ Entende-se o poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão de mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário, que define uma relação determinada entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos (BORDIEU, 2009, p.14).

⁸ Segundo Bourdieu (2009, p.246-247) a norma jurídica quando consagra um conjunto de regras sociais com caráter universalizante, para além das diferenças de condição e de estilo de vida, as mesmas possuiriam um efeito de normalização de uma cultura legítima que considera todas as práticas diferentes como desviantes, anômicas, e até mesmo anormais, patológicas.

programas nacionais consistentes que promovam saúde e educação, pré-requisitos para uma sociedade democrática (PINHEIRO, 2000, p.27).

Em uma sociedade fundamentada⁹ em uma estrutura desigual e hierárquica¹⁰, o que se revela é a construção de mundos possíveis em uma base de ausência/omissão do Estado quanto à efetividade de direitos sociais¹¹, espaços abertos para o surgimento de outros fatores reais de poder¹², como o tráfico de drogas, as milícias, e também para o fortalecimento de normas sociais que influenciam a forma de pensar e agir da coletividade. Algumas dessas regras informais podem compreender condutas criminalizadas pelas normas legais no país, como o abuso sexual infanto-juvenil, o aliciamento de crianças pelo tráfico de drogas, o trabalho infantil, a violência doméstica, realidades que são evidenciadas estatisticamente pelos órgãos estatais e que se reproduzem de forma geracional. O processo de identificação dessas normas sociais abre caminhos para se refletir de forma holística o contexto comunitário e delinear ações de intervenção social a partir dos saberes comunitários.

1.2. Espaços participativos: um passo importante para a formação cidadã

O fomento e a criação de espaços participativos ampliam as possibilidades de participação ativa e inclusão na sociedade¹³. As formas hodiernas de desenvolvimento da democracia não podem ser interpretadas como a afirmação de um novo tipo de democracia, mas devem ser bem mais entendidas como a ocupação, por parte de formas até tradicionais de democracia, de novos espaços, isto é, de espaços até então dominados por organizações de tipo hierárquico ou burocrático. (BOBBIO, 2007, p.156). Fala-se de uma democracia horizontalizada, em que os espaços onde se constroem as relações sociais sejam pautados por características igualitárias e participativas rompendo com a herança hierárquica da sociedade brasileira e

⁹ No caso do Brasil, a legitimação do poder funda-se numa poderosa junção de interesses religiosos, políticos e comerciais, numa ligadura que era ao mesmo tempo moral, econômica, política e social e que tendia a mexer-se como uma totalidade (DA MATTA, 1981, p.63-64).

¹⁰ O Brasil nasceu fundamentado na ideologia católica e no formalismo jurídico, em que o poder e o prestígio diferencial e hierarquizado correspondiam, grosso modo, a diferenças de tipos físicos e de origens sociais (DA MATTA, 1981, p.75).

¹¹ Ver Araújo. Danielle. Política Pública Efetividade e Direitos Sociais. Revista Diké. 2017. p.417 Disponível em: <http://periodicos.uesc.br/index.php/dike/article/view/1573>. Acesso em: 25/09/2017.

¹² Os fatores reais do poder que regulam no seio de cada sociedade são essa força ativa e eficaz que informa todas as leis e instituições jurídicas da sociedade em apreço, determinando que não possam ser, em substância, a não ser tal como elas são (LASSALE, 1933, p.12).

¹³ “A participação nas sociedades locais e associações funcionais constitui a fonte original dos direitos sociais” (MARSHALL, 1967, p.70).

concretizando a formação cidadã¹⁴. São as instituições, de forma geral, que precisam ser democratizadas, em um micro nível social e político. O processo de alargamento da democracia na sociedade contemporânea não ocorre apenas através da integração da democracia representativa com a democracia direta, mas também, e, sobretudo, através da extensão da democratização — entendida como instituição e exercício de procedimentos que permitem a participação dos interessados nas deliberações de um corpo coletivo — a corpos diferentes daqueles propriamente políticos. (BOBBIO, p.155).

A importância destes espaços participativos ultrapassa os equipamentos públicos burocratizados e também inclui todas as formas de associações como possíveis espaços de trocas, de escuta ativa. Expressar desejos e necessidades, construir argumentos, formular propostas, ouvir outros pontos de vista, reagir, debater e chegar ao consenso são atitudes que transformam a todos/as aqueles/las que integram processos participativos¹⁵. O processo construtivo, as novas alternativas, a crítica e a reflexão também compreendem um aspecto pedagógico, um caminho para a formação cidadã.

2. PARA UMA CONSTRUÇÃO COLETIVA DE SABERES: IDENTIFICAÇÃO DAS NORMAS SOCIAIS FUNDAMENTADAS NA DESIGUALDADE E ESTRATÉGIAS COLETIVAS PARA O SEU ENFRENTAMENTO

2.1. Apreendendo sobre a prática educativa em favor da autonomia do ser dos educandos

Tendo realizado um introito que pontua a estrutura social desigual no Brasil, a necessidade de ampliação dos espaços participativos para fins inclusivos, o próximo ponto será pensar estes espaços como uma experiência pedagógica, e a partir de uma práxis, dialogar e refletir sobre os ensinamentos do educador Paulo Freire para a construção de um conhecimento coletivo com respeito a autonomia do ser dos educandos. As experiências de educação popular na Praça da Bandeira se revelaram como uma ponte para um conhecimento construído de forma coletiva, próximo das

¹⁴ “A cidadania é um status concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade. Todos aqueles que possuem o status são iguais em direitos e obrigações pertinentes ao status (MARSHALL, 1967, p.79).

¹⁵ Participação Social na Administração Pública Federal. Projeto Apoio a Diálogos Setoriais União Europeia-Brasil. Relatório Participação Social na Administração Pública Federal: Desafios e perspectivas para a criação de uma política nacional de participação. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/participacao/participacao%20social%20na%20administracao%20publica%20federal.pdf>. Acesso: 25/09/2017. p. 8-9.

questões do dia-a-dia das pessoas, e se apresentam como um dos fatores de reaproximação dos participantes para a educação formal. A possibilidade de troca de saberes e valores em um Grupo de Trabalho (GT) criado para discutir assuntos locais e delinear soluções coletivas propicia o surgimento de novos referenciais, e se constitui uma porta para a consciência de inacabamento.

Evidenciam-se esses espaços participativos como parte de um processo de construção coletiva do conhecimento, em que na prática “o ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção” (FREIRE, 1996, p.22). O encontro entre o conhecimento científico, os saberes comunitários e o caso concreto desafia todos a refletir criticamente sobre o conteúdo abordado. Por exemplo, se falamos do direito à educação, as mulheres perguntam sobre a qualidade e a descontinuidade das aulas, um ponto aparentemente simples, mas importante no processo de se pensar criticamente as relações de poder que se reproduzem no espaço social. Procura-se envolver educadores e educandos com os problemas locais, com o contexto comunitário, afastando a possibilidade de mera memorização.

Para Freire (1996, p.27), um educador que não relaciona o que leu com a realidade, constrói uma escola cada vez mais desconectada do concreto. Os grupos em questão atuaram diversamente, oferecendo um conhecimento prático, vivo, que acabou por facilitar o reencontro das participantes com a educação formal. Trata-se de uma ecologia de saberes, de acordo com o professor Boaventura de Sousa Santos (2007, pg.87) a ecologia dos saberes tem por fundamento a diversidade de conhecimentos no mundo, “não existe uma unidade de conhecimento”¹⁶. Também nesta direção Freire (1996, p.28) assevera ser fundamental conhecer o conhecimento existente, mas que precisamos estar sempre aptos e abertos para a produção do conhecimento ainda não existente. O pensar novo, as estratégias alternativas para solução de desafios contemporâneos apontam para um revisitar das teorias e concomitantemente pela coragem para a construção de novos guias de ação para as demandas do tempo presente.

Neste sentido, não se trata apenas de unir diferentes conhecimentos e saber, mas respeitar os saberes socialmente construídos na prática comunitária. Espaço de respeito

¹⁶ Para além do Pensamento Abissal: Das Linhas Globais a uma Ecologia de Saberes. Este trabalho foi apresentado em diferentes versões no Fernand Braudel Center, Universidade de New York em Binghamton, na Universidade de Glasgow, na Universidade de Victoria, na Universidade de Wisconsin-Madson e na Universidade de Coimbra.

à autonomia e à dignidade humana. De acordo com Freire (1996, p.59), “o respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros”. Todavia, não cabe apenas o discurso teórico, a prática é fundamental para que os resultados concretos apareçam. Assim, “o meu discurso sobre a teoria deve ser o exemplo concreto, prático, da teoria” (FREIRE, 1996, p.48). O espaço do GT caracterizava um lugar de encontro para construções e desconstruções, para um acesso aos direitos que não se limitavam a letra morta da lei, mas se instrumentalizava com vistas à efetividade; o direito das mulheres se concretizava com a facilidade de informações sobre os canais de denúncia, ou até mesmo o acompanhamento para realização de uma denúncia (em 2013 as mulheres puderam participar da Semana de Visita às Delegacias de Polícia executado pela ONG internacional Altus, na ocasião uma das embaixadoras relatou à delegada da DEAM do Centro do Rio de Janeiro que havia tido um atendimento ruim porque na época ela trabalhava como profissional do sexo e intentava noticiar o crime de violência sofrido por um cliente, a Delegada teve a oportunidade de ouvir as queixas e se comprometer a uma capacitação da equipe). O educador Paulo Freire (1996, p.30) insiste na necessária discussão da realidade concreta, da violência constante, do descaso dos dominantes pelas áreas pobres da cidade. Para Freire (1996, p.30), trata-se de discutir a razão de ser de alguns saberes em relação com o ensino do conteúdo. De acordo com Paulo Freire (1996, p.30):

Porque não aproveitar a experiência dos alunos de viver em áreas da cidade descuidadas pelo poder público para discutir, por exemplo, a poluição dos riachos e dos córregos e os baixos níveis de bem-estar das populações, os lixões e os riscos que oferecem à saúde das gentes (*Ibid., ibid.*).

No caso concreto do Grupo de Trabalho como dialogar com a lei e as teorias que se constroem sobre a exploração sexual infanto-juvenil diante de uma realidade naturalizada, invisibilizada, aceita socialmente em certa comunidade? Quais os caminhos diante de uma história real de uma adolescente de 14 (catorze) anos que procura o Projeto para revelar que estava se prostituindo porque a mãe não estava dando comida e o padrasto batia muito nela? A complexidade da realidade requer novas lentes e estratégias de atuação holística, uma atuação multidisciplinar e intersetorial. Trata-se de uma experiência que requer diversos saberes, que ultrapasse o caráter do conhecimento disciplinar. O respeito e a compreensão dos saberes comunitários foram sendo construídos processualmente, em meio a uma luta simbólica entre a enunciação

da verdade legítima desenhada pelas classes dominantes através do conhecimento científico, nas normas legais¹⁷ e nas próprias relações sociais fundamentadas na hierarquia em oposição ao reconhecimento de outros modos de vida. Expor os desafios e limites para a construção de saberes coletivos faz parte da própria crítica da prática. Segundo Freire (1996, p.39), “é pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática”.

O autor (1996, p.47) é insistente quando afirma a necessidade do testemunho e vivência de uma prática educativa fundamentada não na transferência do conhecimento, mas na criação de possibilidades para sua produção ou sua construção. Para tanto, o autor aponta a consciência do inacabamento, “e na inconclusão do ser, que se sabe como tal, que se funda a educação como processo permanente” (FREIRE, 1996, p.58). Este ponto é importante para expormos algumas situações práticas do Projeto, as mulheres do GT, que iniciam as atividades ainda aprisionadas em situações já citadas de violência e exclusão, ao longo do tempo, nas trocas diárias, passam voluntariamente a perseguir novos conhecimentos, novas oportunidades de capacitação, se permitem sonhar. O retorno à escola forma é um marco na vida dessas mulheres, que, em certo momento da vida, decidem livremente, adotar a educação como um valor. Evidencia-se que o acesso dessas mulheres aos bens, econômicos, sociais e culturais vão influenciar novas escolhas, e levar a essa consciência do inacabamento e de que é possível ir mais além. Um caminho de diferentes condicionamentos passa a ser rompido com ações: compra de bens de consumo, realização de viagens, conhecimento de novos lugares e pessoas, o acesso aos direitos, entre outros. A adaptação como objeto da história agora passa a ser uma luta para se transformar em um sujeito transformador (FREIRE, 1996, p.54). Nesse sentido, Freire (1996, p.54) assevera:

Gosto de ser gente mesmo sabendo que as condições materiais, econômicas, sociais e políticas, culturais e ideológicas em que nos achamos geram quase sempre barreira de difícil superação para o cumprimento de nossa tarefa histórica de mudar o mundo, sei também que os obstáculos não se eternizam (ibid., ibid.).

Ora, fala-se de um espaço que não se limita aos encontros formais de um grupo, mas que se forma no dia-a-dia através de gestos aparentemente simples, mas que

¹⁷ Segundo Bourdieu (2009, p.246-247) a norma jurídica quando consagra um conjunto de regras sociais com caráter universalizante, para além das diferenças de condição e de estilo de vida, as mesmas possuiriam um efeito de normalização de uma cultura legítima que considera todas as práticas diferentes como desviantes, anômicas, e até mesmo anormais, patológicas.

possuem força maior do que meras palavras, pois a formação cidadã começa no reconhecimento da dignidade da pessoa humana e na compreensão de um sujeito integral. O processo de exclusão divide a sociedade entre iguais e menos iguais, pulveriza nas organizações e nas relações sociais as marcas de um poder simbólico que mantém as desigualdades sociais. Citam-se pontos revelados pelas próprias participantes dos GT's: o convite para participar do projeto, mesmo que elas se sentissem despreparadas tecnicamente para realizar as atividades e também incapazes devido a questões de violência, drogas, idade, estereótipos; a oportunidade de fala em espaços de deliberação, a convivência direta e igualitária entre colaboradores técnicos e agentes comunitários; a realização de viagens nacionais e internacionais conhecendo novos lugares, pessoas e trocando experiências; participação em eventos culturais; uma oportunidade efetiva de fazer novas escolhas através do Projeto são exemplos cotidianos de uma sociabilidade com bases igualitárias que integram todo o processo educativo. De acordo com Freire (1996, p.42-43), às vezes nem se imagina o que representa um simples gesto na vida do educando, uma significação mais profunda que pode passar despercebida, mas que pode configurar uma importante influência. O autor também lamenta que o que há de informal na experiência seja negligenciado.

Outra característica do GT foi ser um espaço aberto de comunicação. Segundo Freire (1996, p.38), “não há inteligibilidade que não seja comunicação e intercomunicação e que não se funde na dialogicidade”. Neste ponto é importante abordar o direito social¹⁸ à educação¹⁹ como base para a formação cidadã, para a participação na esfera pública, para a liberdade de escolhas. O não acesso à educação e/ou a sua má qualidade vai perpassar a integralidade dos indivíduos, sendo mais uma ferramenta de exclusão social. Assim, a cidadania social não se concretiza afetando diretamente a cidadania civil e política, a participação na esfera pública não se efetiva pela incompreensão dos códigos lógico-verbais utilizados nos espaços institucionais, restando fragmentos de discurso²⁰ para uma ampla maioria periférica, a liberdade de escolha não pode ser uma realidade uma vez que a educação²¹ se configura como

¹⁸ Art. 6º da Constituição Federal de 1988 - “são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.

¹⁹ “A educação é um pré-requisito necessário da liberdade civil” (MARSHALL, 1967, p.73)

²⁰ Para Tatagiba (2014, p.58-59), a periferia quer o direito de ter voz, mas sua fala ainda significa um fragmento de discurso.

²¹ Em 2015, 31% de pardos e 28% de pretos não terminaram o ensino fundamental, 30% de pardos e 32% de pretos possuem ensino médio completo, mas são os brancos que mais frequentemente conseguem obter um diploma de ensino superior, 19%, em relação a 7% de negros, e 7%

importante passo para a mobilidade social. Fala-se então em uma comunicação para transformação social, um diálogo que reconhece as desigualdades sociais e as coloca como ponto-chave nas discussões e reflexões do grupo. Apoia-se até uma justa raiva, que, segundo Freire (1996, p.40-41), consiste na raiva que protesta contra as injustiças, a deslealdade, o desamor, a exploração e a violência, tendo como limite não alongar-se na odiosidade.

2.2. Relato de experiência do Grupo de Trabalho do Projeto Bebel – Inclusão Socioeconômica de Mulheres na Praça da Bandeira no Rio de Janeiro

A ONG Gerando Vida²², associação civil sem fins lucrativos, atua desde 2008 com a missão de auxiliar na inclusão socioeconômica de mulheres, crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social no Rio de Janeiro e Bahia. As principais temáticas estão relacionadas à prevenção da exploração sexual infanto-juvenil, o tráfico de pessoas e o trabalho infantil. Os projetos sociais são desenvolvidos nos bairros Praça da Bandeira, Rio de Janeiro – RJ e Alecrim II, Eunápolis, Bahia.

O Projeto Bebel se localizava na parte periférica do bairro, estigmatizada pela presença dos centros de prostituição²³. O Projeto teve início no dia 1º de março de 2013. Em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos e a Universidade UNISUAM, nos meses de abril e maio de 2013 foi elaborado o questionário individual e institucional, LSE - Levantamento Socioeconômico, a ser aplicado a 200 (duzentas) mulheres e instituições da Praça da Bandeira. O produto final do LSE foi apresentado ao público no dia 24 de outubro de 2013 na Semana de Extensão do CEFET no Maracanã e foi publicado na Revista Conexões PSI do Departamento de Psicologia da Universidade UNISUAM²⁴.

de pardos. Entre os anos de 2011 e 2015, os brancos apresentam médias entre 9 e 10 anos de escolaridade, enquanto negros e pardos tem uma média de 8 anos. LEÃO, Natália; CANDIDO, Marcia Rangel; CAMPOS, Luiz Augusto; FERES JÚNIOR, João. Relatório das Desigualdades de Raça, Gênero e Classe (GEMAA), n. 1, 2017, pp. 1-21 Disponível em: <http://gemaa.iesp.uerj.br/relatorios/relatorio-das-desigualdades-gemaa-no-1/>. Acesso em: 19/10/2017.

²² Instituição fundada pela autora. Apresentação institucional disponível em: http://brazil-entreprenuer-au-feminin.tv5monde.com/#Danielle_-_Fondatrice_de_Gerando_Vida. Acesso em: 14/10/2017.

²³ De acordo com os dados da Prefeitura do Rio de Janeiro (2010), moram na região quase 9000 pessoas com uma população feminina ligeiramente majoritária (56,5%). As mulheres da região, que trabalham como profissionais do sexo ou em outros ramos informais, sentem dificuldades de serem incluídas economicamente no mercado de trabalho, além de lutarem contra a discriminação. Não havendo creches no entorno e o acesso à escolas de ensino médio e superior ser limitado, se restringem as oportunidades de trabalho das mulheres com filhos pequenos e de perspectivas econômicas para os(as) jovens.

²⁴ Disponível em: <http://apl.unisuam.edu.br/revistas/index.php/conexoespsi/article/viewFile/294/399>. Acesso em: 14/10/2017.

No planejamento inicial do Projeto foi desenhada a possibilidade de abertura de um espaço participativo na comunidade, a criação de um Grupo de Trabalho onde as mulheres poderiam discutir assuntos de interesse local e construir soluções coletivas, por exemplo, nas áreas de moradia, segurança e transporte. Na prática, podemos apontar os seguintes marcos de ação:

1) Cinco lideranças e/ou referências comunitárias foram convidadas pela equipe do Projeto para integrarem a equipe de trabalho, como colaboradoras, atuarem na função de embaixadoras, ou seja, mulheres com o perfil e algum tipo de envolvimento nas questões comunitárias que passariam por um período de capacitação (desenvolvimento pessoal, profissional, acesso aos direitos, alfabetização, idiomas, elaboração de projetos comunitários, incentivo à participação em redes comunitárias) como objetivo de se tornarem multiplicadoras ;

2) Após a contratação em março de 2013 (as convidadas apresentaram muita surpresa ao serem convidadas para compor a equipe do Projeto, uma vez que não se sentiam capazes e nem qualificadas para desenvolver as atividades propostas, além de não possuírem histórico de atuação profissional formal), a realização dos encontros tinha como ponto primordial a questão da autoestima e autoeficácia das participantes. Estes momentos eram direcionados por da Universidade UNISUAM, coordenados pela professora e coordenadora do curso de Psicologia da instituição - Maria Angélica Gabriel. A importância deste momento foi ouvir as histórias de vida de cada mulher e compreender que, apesar de caminhos distintos, alguns fatos se correlacionavam como a violência doméstica, a exploração ou abuso sexual infanto-juvenil, histórias que não apenas unia e fortalecia o grupo para uma luta, mas que evidenciava fatos sociais comuns naquele contexto comunitário. Todas as mulheres demonstraram interesse em retomar os estudos, duas mulheres iniciaram junto a uma das embaixadoras aulas de letramento na própria instituição (essas mulheres reconheceram a necessidade de aperfeiçoarem a leitura e a escrita para o desenvolvimento das atividades), uma delas voltou a estudar o ensino fundamental na rede pública, e outras duas iniciaram estudo para prestar vestibular e ingressar no ensino superior. As embaixadoras foram incentivadas a participar de redes comunitárias, a falar sobre as necessidades da comunidade, buscar parcerias e aperfeiçoar a capacitação no campo social. Os principais parceiros nessa fase foram: Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos, Núcleo Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Trabalho

Escravo, Instituto Superior de Estudos da Religião – ISER, Conselho Tutelar, Centro de Referência de Assistência Social, Secretaria de Política para as Mulheres.

3) No mês de agosto de 2013, iniciou-se a divulgação do Grupo de Trabalho para a comunidade, como foco em mulheres líderes ou referências comunitárias. Com início dos encontros, o próprio grupo é quem decidia os temas prioritários, definia as reais necessidades e carências locais, elencava os desafios. Todos tinham oportunidade de falar, de se expressar com mais abertura e naturalidade por tratar-se de um encontro com pares e os atores externos já faziam parte do contexto local a partir de intervenções continuadas. Alguns temas elencados foram: Direitos Humanos, Direitos das Mulheres, Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, Direito de Moradia, Direito da Criança e do Adolescente. Um planejamento para abordagem das temáticas foi feito para um período de seis meses. Assim, mensalmente o grupo se reunia (a quantidade de participante variava de cinco a dez mulheres), passava por capacitações, desenvolvia estratégias coletivas para a superação dos desafios e realizavam ações direcionadas. Uma liderança foi eleita para direcionar o passo a passo, mas todas participaram ativamente em todas as etapas, facilitando o desenvolvimento do grupo como todo;

4) Definidos os temas prioritários para a comunidade, uma das lideranças se responsabilizava em montar a agenda de discussões e a equipe do projeto em articular encontros com especialistas nas temáticas a fim de se propiciar trocas e saberes que iriam instrumentalizar o grupo;

5) Especialistas, setores do Estado, outras organizações não-governamentais e universidades foram convidadas para informar, debater e indicar caminhos para a resolução dos conflitos comunitários. Estes encontros eram um espaço de construção coletiva, do intercâmbio entre saber científico com a experiência, um lugar em que se possibilitava um saber concreto para resolver as demandas locais a partir da própria população. Neste processo, alguns novos parceiros foram fundamentais: ONGs Madalenas, Projeto Resgate, Projeto Legal, ProMundo, outros atores como OAB-RJ, Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro;

6) Diferentes instrumentos e ações resultaram desses encontros: ofícios aos órgãos públicos, agendamento de reunião com agentes públicos; eventos externos de divulgação de direitos para a população, feiras e bazares para mobilização de recursos que foram utilizados no desenvolvimento de projetos sociais; elaboração de projetos socioambientais e encaminhamento de pedidos financeiros para parcerias, entre outros. Uma experiência formadora no nível da cidadania social e participação, mas que

também revelou os grandes entraves na atuação do Poder Público como: falta de instrumentos de comunicação mais acessíveis com a Secretaria Municipal de Transporte, falta de vontade política para proteção dos direitos das crianças e adolescentes que residiam no centro de prostituição, esses são exemplos de entraves reais para a concretização dos direitos no Brasil;

7) É importante ressaltar que o protagonismo é do Grupo, contando sempre com auxílio da equipe do projeto e da Universidade para auxílio em uma escrita mais técnica, para localização legal dos direitos, auxílio na identificação e localização dos setores públicos a serem procurados, assistência em uma estruturação de uma reunião ou evento.

Na tabela abaixo é possível visualizar os principais temas tratados durante o projeto, a identificação dos problemas locais, as estratégias coletivas e as atividades elencadas para a resolução da questão, os passos que foram realizados e os resultados parciais e finais.

Transporte	Falta de sinalização causa risco de acidente a crianças e adultos.	Pesquisar e entrar em contato com Secretaria Municipal de Transporte.	Realizar e Recolher abaixo-assinado na população para melhora na sinalização e protocolar na Prefeitura.	Protocolo de pedido de instalação de sinalização na Secretaria Municipal de Transporte.	A Secretaria Municipal de Transporte não respondeu ao protocolo. O grupo decidiu enviar uma carta, com o abaixo assinado para a Secretaria de Transporte. E abrir novo protocolo.
Moradia	Presença de moradias precárias e insalubres na região com a presença de crianças.	Entrar em contato com CRAS (centro de Referência de Assistência Social) para realizar pedido de urgência no Progr. Minha Casa Minha Vida; Convidar profissional para palestrar sobre o tema.	Recolher abaixo-assinado da população e protocolar na Defesa Civil; Enviar carta denúncia ao Conselho Tutelar e Secretaria Municipal de Habitação.	Com o laudo da Defesa Civil, entrar em contato com o Núcleo de Terras da Defensoria Pública.	O processo de pedido de urgência foi aceito pela Secretaria de Habitação. Os moradores estão aguardando o sorteio do Programa Minha Casa Minha Vida.
Infância e Adolescência	Ausência de atividades culturais e ações de prevenção a violência.	Discutir e planejar ações que possam ser realizadas com as crianças. Convidar palestrantes para falar sobre infância e adolescência.	Palestra sobre criança e adolescente com Conselho Tutelar. Palestra Informativa para adolescentes com o grupo da polícia civil (Papó de Resposta)	Elaborar propostas para prevenção a violência contra crianças e adolescentes.	Conscientização dos pais sobre aos cuidados com crianças e adolescentes. Conscientização dos adolescentes sobre prevenção a violência e drogas.
Saúde	Falta de acesso a informação e serviço de saúde para as mulheres.	Palestra sobre prevenção a DST/Aids.	Oficina do cuidado Outubro Rosa contra câncer de mama e colo do útero	Novembro: Discussão sobre melhorias no acesso a saúde na Praça da Bandeira. Escrever os problemas de saúde e entregar no posto de saúde.	Conscientização das mulheres sobre prevenção de doenças. Aguardando resposta do Posto de Saúde.
Saneamento	Falta container para colocar o lixo na Rua Hilário Ribeiro.	Discussão sobre o problema da coleta do lixo.	Encaminhamento do problema para a Comiurb.	Aguardo da resposta da Comiurb.	Em aberto.
Conferência COMIGRAR	Violação de direitos de imigrantes e refugiados no Brasil e exterior.	Participação das reuniões para organização da Conferência sobre migração e refugio.	Grupo de estudo para elaboração de propostas no eixo de violação de Direitos Humanos dos imigrantes (foco no tráfico de pessoas)	Lista de propostas a serem apresentadas na Comigrar em março de 2014.	Participação na Conferência Livre de Migração e Refugio no Rio de Janeiro.

O que se pretende evidenciar, para além dos resultados parciais e finais do Grupo de Trabalho, é a importância de se fomentar/criar espaços participativos para o fortalecimento da cidadania e a busca pela efetividade dos direitos através de um processo pedagógico fundamentado na ecologia de saberes e na autonomia dos participantes. O objetivo é realçar os resultados comunitários advindos destes encontros: 1) o processo de reflexão institucional e comunitário para compreender as normas sociais fundamentadas nas bases da desigualdade social (exploração sexual infanto-juvenil, trabalho infantil, violência doméstica, aliciamento de crianças pelo tráfico de drogas); 2) a capacitação para que as lideranças comunitárias pudessem elaborar projetos sociais, ambientais, educativos e culturais participativos, que tivessem por base a cooperação e integração da família, Estado e sociedade; 3) a formação de agentes locais de transformação para a multiplicação de saberes pautado em diretrizes humanitárias; 4) a capacitação e participação das lideranças comunitárias em outros espaços de discussão como redes comunitárias²⁵ e comitês²⁶ que deliberam sobre o planejamento e execução das políticas públicas.

PONDERAÇÕES FINAIS

A unificação da teoria e da prática educativa para construção coletiva de conhecimentos amplia as possibilidades de construção de novas estratégias no campo social. Diante de tantos desafios que se revelam no espaço social um processo educativo popular pode ser uma chave para atuações em nível micro, mas com impacto no desenvolvimento local, pode ser também uma oportunidade de unir mente e corpo compreendendo o sujeito integral e facilitando reencontros: com a educação formal, com a participação ativa, com a cidadania. Força que se opera na multidisciplinariedade, no reconhecimento da igualdade e da diversidade, na contextualização do conhecimento técnico com as questões da realidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOBBIO, Norberto. *Estado, Governo, Sociedade: para uma teoria geral da política*. Paz e Terra. 14ª edição. 2007.p.156, 81, 88.

²⁵ Metrô RJ, Rede do Bem, ASPLANDE, Rede Grade Tijuca, Rede Sesc Tijuca, que são compostas por organizações públicas e privadas que desenvolvam projetos socioambientais. Nestes espaços acontecem capacitação, informação e trocas entre as instituições.

²⁶ Conselho Municipal da Criança e do Adolescente- RJ, Conselho Estadual de Assistência Social – RJ, Comitê Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Trabalho Escravo (RJ e BA), Comitê Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil (Eunápolis – BA).

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução: Fernando Tomaz, 12ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. p. 14, 134, 135.

DAGNINO, Evelina. Políticas culturais, democracia e projeto neoliberal. In: *Revista Rio de Janeiro*, nº 15, jan./ abr., 2005, p.45-65. Disponível em: <http://www.forumrio.uerj.br/documentos/revista_15/15_dossie_EvelinaDagnino.pdf>. Acesso em: 20/10/2017.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 36 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

GIANNELLA, Valéria. O nexa pesquisa-ação: qual conhecimento, para que políticas?. In: CARBALHA, Manoel. *Gestión Local del desarrollo y lucha contra la pobreza. Aportes para el fortalecimiento de la investigación y las políticas en América Latina*. Montevideo. Luiz Carrizo Editor, 2007.

LASSALE, Ferdinand. *O que é uma Constituição?* Trad. Walter Stonner. Edições e Publicações Brasil: São Paulo, 1933, p.12.

MARSHALL, T.H. *Cidadania, classe social e status*. Trad. Meton Porto Gadelha. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1967.

MATTA, Roberto da. *Relativizando: uma introdução à antropologia social*. Petrópolis: Vozes, 1981. p. 63-64.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Democracia, violência e injustiça: o Não – Estado de Direito na América Latina. In: MÉNDEZ, Juan; O’DONNEL, Guillermo; PINHEIRO, Paulo Sérgio Pinheiro (Orgs.). São Paulo: Paz e Terra, 2000, trad. Ana Luiza Pinheiro, Octacilio Nunes.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Por uma concepção multicultural de direitos humanos. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. nº 48. Junho 1997. p.13.

STRAUSS, Anselm; CORBIN, Juliet. Bases de la investigación cualitativa: técnicas e procedimientos para desarrollar la teoría fundamentada. Trad: Eva Zimmerman. Colombia: Editorial Universidad de Antioquia, diciembre, 2002, p.14.

TATAGIBA, Luciana. 1984, 1992 e 2013. Sobre ciclos de protestos e democracia do Brasil. *Política e Sociedade*. Florianópolis. Vol. 13, nº 28, Set./Dez. de 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2014v13n28p35>>. Acesso em: 7 abr. 2017.